



TUDO UM MUNDO



RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
2º TRIMESTRE 2023

Conteúdo

Instrumentos previsionais de gestão 2023	3
PMP e Arrears.....	4
Endividamento.....	5
Execução Orçamental da Receita	6
Execução Orçamental da Despesa	9
Equilíbrio Orçamental	12
Alterações Orçamentais	13
Análise das rubricas de Gastos e Perdas	16
Análise das rubricas de Rendimentos	23
Análise das Rubricas de Investimentos	27
Indicadores Financeiros	29

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

2º TRIMESTRE 2023

Instrumentos previsionais de gestão 2023

Com o objetivo de analisar e verificar a execução orçamental do Município, realizou-se uma breve análise comparativa dos níveis de execução durante o ano de 2023, face aos dados produzidos em período homólogo do ano 2022, tendo como base o orçamento corrigido e o executado para cada um dos respetivos anos, reportando-se a taxa de execução da receita à cobrança bruta e a taxa de execução da despesa à despesa realizada.

O orçamento do Município para o exercício de 2023, apresenta uma dotação corrigida no montante de 328.106,7 milhares de euros (m€), composto por 180.222,7 m€ de receitas correntes e despesas correntes no montante de 191.144,9 m€. Quanto à vertente de capital, as receitas ascendem a 116.823,6 m€, sendo as despesas de 136.961,8 m€. Acresce ainda, outras receitas, num total de 31.060,4 m€ destacando-se o saldo de gerência anterior de 30.781,2 m€¹.

A comparação efetuada tem por base, para o exercício de 2022, um orçamento corrigido de 297.543,3 m€, repartido entre receitas e despesas correntes que rondaram 161.255,6 m€ e 167.142,1 m€, respetivamente, cabendo na vertente de capital uma previsão corrigida de receitas de 112.859,3 m€ e despesas de 130.401,2 m€, contemplando as outras receitas um total de 23.428,4 m€ salientando-se um saldo de gerência anterior de 23.219,3 m€.

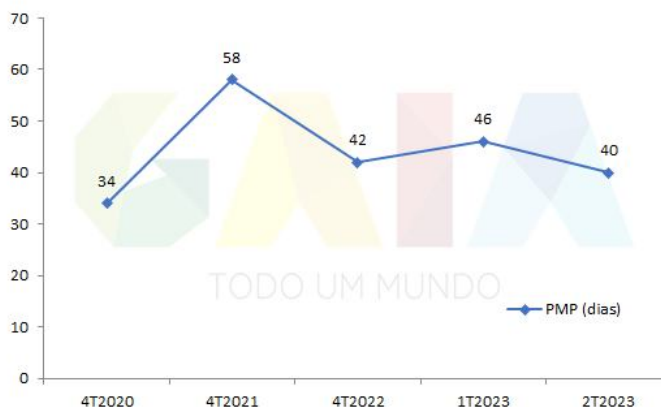
¹ Saldo da Gerência anterior apurado com base na receita cobrada líquida

PMP e Arrears

Pagamentos em atraso são as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes.

O Município terminou o exercício de 2022 sem qualquer pagamento em atraso, mantendo esse registo durante a primeira metade do ano de 2023.

A fórmula de cálculo do PMP consubstanciou-se no indicador definido nos termos do n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de abril, no DR n.º 71, 2ª série Parte C, em que DF corresponde ao valor da dívida de curto prazo a fornecedores de bens e serviços e fornecedores de investimentos observado no final de um trimestre, e A corresponde às aquisições de bens e serviços e de bens de capital efetuadas no trimestre, independentemente de já terem sido liquidadas.



O PMP apurado em 30/06/2023 é de 40 dias, revelando uma melhoria face ao trimestre anterior e ao final do ano de 2021 e de 2022.

Endividamento

O endividamento municipal a 30/06/2022, considerando o enquadramento legal existente, ascendia a 97.933,7 m€. Destaque para os empréstimos de médio e longo prazo (m.l.p.), que neste período registaram o montante de 70.924,9 m€. A dívida a Fornecedores de Ativos Fixos Tangíveis ficou-se pelos 5.911,7 m€ e a dívida de curto prazo chegou aos 21.097,1 m€.

Denote-se que, do endividamento total anteriormente mencionado, 30.230,2 m€ estão excluídos do limite de endividamento por se tratar de empréstimos excecionados ao abrigo do nº 5 do art.º 52 da Lei 73/2013, ou seja, cerca de 30,87%.

Quanto ao mesmo período de 2023, o endividamento municipal ascende a 98.410,3 m€, dos quais 68.946,7 m€ são referentes a empréstimos de m.l.p. junto da Banca comercial, INH e Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. A dívida a Fornecedores de Ativos Fixos Tangíveis (também de m.l.p.) é de 5.536,5 m€ e a dívida de curto prazo ascende aos 23.927,1 m€. O aumento da dívida de curto prazo de 2023, face ao período homólogo de 2022, foi no montante de 2.829,9 m€. Esta evolução deveu-se essencialmente à dívida a fornecedores conta corrente, Estado e outros entes públicos e Outros Credores.

Do mesmo modo, do endividamento total registado no primeiro semestre deste ano, 33.084,4 m€ não contam para os limites de endividamento, representando cerca de 33,62% daquele.

Descrição	30/06/2022	30/06/2023
Dívida de MLP	70 956,35	69 713,90
Empréstimos	65 440,15	64 572,88
Fornecedores e Outros Credores	5 516,20	5 141,02
Dívida de CP	21 097,14	23 927,06
Fornecedores e Outros Credores	21 097,14	23 927,06
Dívida de MLP Exigível a CP	5 880,24	4 769,31
Empréstimos	5 484,74	4 373,81
Fornecedores e Outros Credores	395,50	395,50
Endividamento Total	97 933,74	98 410,27

milhares de euros

Execução Orçamental da Receita

No primeiro semestre de 2023, o orçamento do Município apresenta uma dotação total de receita cobrada de 129.494,2 m€, registando como receitas correntes o montante de 85.733,9 m€ e receitas de capital cerca de 12.329,3 m€, ao qual acrescem outras receitas, nomeadamente o saldo da gerência anterior de 30.781,2 m€ e reposições não abatidas nos pagamentos de 649,7 m€.

Por sua vez, no exercício de 2022, o orçamento do Município, apresentou uma dotação total de receita cobrada de 120.045,8 m€, registando nas receitas correntes um montante de 82.511,6 m€ e nas de capital 14.085,1 m€, acrescentando outras receitas como o saldo de gerência anterior de 23.219,3 m€ e reposições não abatidas nos pagamentos de 229,8 m€.

O quadro seguinte reflete a execução da receita no primeiro semestre de 2023, apresentando a respetiva análise comparativa com o executado no período homólogo de 2022:

C.Econ	Descrição	30/06/2022		30/06/2023		Cobrado 2023/2022	Taxa de Execução %		
		Previsão	Cobrado	Previsão	Cobrado		2022 (a)	2023 (a)	2023 (b)
RECEITAS CORRENTES		161 255,61	82 511,56	180 222,76	85 733,92	3 222,36	51,17%	47,57%	44,82%
01	Impostos diretos	85 917,75	48 405,13	97 037,70	44 562,23	-3 842,91	56,34%	45,92%	44,00%
04	Taxas, multas e outras penalidades	4 042,46	2 029,97	5 485,13	2 371,55	341,58	50,22%	43,24%	41,63%
05	Rendimentos da propriedade	5 849,20	2 967,13	5 858,84	4 861,96	1 894,83	50,73%	82,98%	82,98%
06	Transferências correntes	62 552,43	27 797,58	67 029,33	31 682,27	3 884,69	44,44%	47,27%	44,78%
07	Venda de bens e serviços correntes	2 380,11	1 245,57	2 540,87	2 192,98	947,41	52,33%	86,31%	85,21%
08	Outras receitas correntes	513,66	66,18	2 270,89	62,94	-3,24	12,88%	2,77%	-54,62%
RECEITAS DE CAPITAL		112 859,33	14 085,09	116 823,59	12 329,35	-1 755,74	12,48%	10,55%	10,55%
09	Venda de bens de investimento	322,91	205,71	288,99	772,43	566,72	63,71%	267,28%	267,28%
10	Transferências de capital	57 081,03	3 372,82	97 963,23	11 104,59	7 731,78	5,91%	11,34%	11,34%
11	Ativos financeiros	25 630,13	0,00	0,20	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
12	Passivos financeiros	29 254,61	10 032,68	17 106,93	423,29	-9 609,39	34,29%	2,47%	2,47%
13	Outras receitas de capital	570,65	473,88	1 464,25	29,04	-444,84	83,04%	1,98%	1,98%
OUTRAS RECEITAS		23 428,39	23 449,18	31 060,37	31 430,90	7 981,73	100,09%	101,19%	101,19%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	209,04	229,83	279,18	649,71	419,88	109,95%	232,72%	232,70%
16	Saldo da gerência anterior	23 219,35	23 219,35	30 781,19	30 781,19	7 561,84	100,00%	100,00%	100,00%
TOTAL		297 543,33	120 045,82	328 106,72	129 494,17	9 448,35	40,35%	39,47%	37,96%

(a) Receita Cobrada Bruta/Previsão
 (b) Receita Cobrada Líquida/Previsão

milhares de euros

Por consulta do quadro anterior, destaca-se uma evolução positiva no global da receita entre 2022/2023, com um aumento de 9.448,3 m€. Os acréscimos registaram-se tanto na receita corrente (mais 3.222,4 m€), como nas outras receitas (mais 7.981,7 m€, dos quais, 7.561,8 m€

referentes ao aumento do Saldo da gerência anterior). A receita de capital registou um ligeiro recuo de 1.755,7 m€ face ao mesmo período de 2022.

Relativamente à receita corrente bruta arrecadada, esta ascendeu aos 85.733,9 m€ neste primeiro semestre de 2023, contra os 82.511,6 m€ registados no período homólogo de 2022. Este aumento global resulta de um acréscimo quase generalizado de todas as rubricas da receita corrente, com principal destaque para as Transferências Correntes e Rendimentos da Propriedade. Os Impostos Diretos foram a exceção, tendo diminuído face ao primeiro semestre do ano anterior.

As Transferências Correntes tiveram uma variação entre o 2º trimestre de 2022 e o de 2023 de 3.884,7 m€ que, após reembolsos e restituições, se cifrou num aumento de 2.263,0 m€. Esta evolução resulta, essencialmente, das verbas recebidas no âmbito da transferência de competências do Estado Central para as Autarquias Locais: o Município de Gaia recebeu, nestes primeiros 6 meses de 2023, o montante de 11.452,7 m€ (receita líquida) no âmbito da transferência das áreas da educação e ação social; no mesmo período de 2022, esse valor foi de 5.730,6 m€, referente à área da educação, transferida em abril de 2022. (As competências na área da ação social foram recebidas somente em dezembro de 2022).

O aumento das receitas provenientes de Rendimentos da Propriedade foi de 1.894,8 m€, e é explicado sobretudo pelo facto de, em 2023, a renda de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão relativa ao 2º trimestre, no valor de 1.399,5 m€ ter sido recebida a 30/06/2023, enquanto em 2022, a correspondente receita do 2º trimestre foi recebida a 01/07/2022, apenas relevando para os valores de execução da receita do 3º trimestre daquele ano. Por outro lado, foi cobrada a 1ª prestação do valor relativo à concessão para construção e exploração do complexo aquático de formação em terreno do Município, no valor de 300 m€. O Município recebeu ainda neste 2º trimestre de 2023, dividendos no montante de 61,5 m€, correspondentes à sua participação da empresa Águas de Douro e Paiva, S.A. (no ano passado, esse recebimento só se concretizou no 3º trimestre de 2022 e foi no valor de 39,2 m€).

A receita bruta referente a Impostos Diretos ascendeu a 44.562,2 m€. Foram menos 3.842,9 m€ cobrados, quando comparado com igual período de 2022. O maior recuo foi ao nível da cobrança de IMT (menos 4.303,5 m€). Dados do INE divulgados em junho de 2023 revelam um abrandamento no mercado imobiliário. Isto porque, apesar de no primeiro trimestre se ter registado uma subida de 8,7% nos preços, trata-se de uma desaceleração face ao trimestre homólogo, o que poderá justificar esta evolução nas receitas de IMT. A Derrama também registou uma ligeira diminuição de 67,6 m€. As receitas com a cobrança de IUC e IMI registaram uma variação positiva: mais 382,8 m€ e 146,8 m€, respetivamente, face ao mesmo período de 2022.

As receitas de capital registaram um valor cobrado de 12.329,3 m€ nos primeiros 6 meses de 2023, menos 1.755,7 m€ do que no mesmo período de 2022.

A rubrica que assumiu maior expressão foi a de Transferências de Capital, com o valor de 11.104,6 m€ e um crescimento de 7.731,8 m€, com ênfase para as transferências do Estado relativas à participação comunitária em projetos co-financiados. De entre os diferentes projetos co-financiados, destaca-se a reabilitação de edifícios na plataforma Cidade (inclui Centro Histórico) com o valor de 3.542,1 m€ recebido neste 1º semestre de 2023.

Os Passivos Financeiros, com um registo de 423,3 m€, diminuiu 9.609,4 m€ face ao período homólogo, resultado de uma diminuição na libertação dos empréstimos em utilização.

Da análise suprarreferida, ressalta que no 2º Trimestre de 2023, a taxa de execução das Receitas Correntes ascendeu a 47,57%, registando um decréscimo de 3,60 p.p. face a 2022, e as Receitas de Capital apresentam uma taxa de execução de 10,55%, registando também, um ligeiro decréscimo de 1,93 p.p. face ao período homólogo.

A taxa de execução da receita total neste semestre de 2023 foi, assim, de 39,47% face aos 40,35% atingido em 2022.

Execução Orçamental da Despesa

A despesa total registou, no primeiro semestre de 2023, e em comparação com período homólogo, um agravamento de 5.739,3 m€, materializando-se em 87.768,9 m€ face ao registo de 82.029,7 m€ em 2022. Na base deste comportamento destaca-se o incremento da despesa corrente de 57.416,1 m€ a 30/06/2022 para 63.775,4 m€ a 30/06/2023. As Despesas de Capital tiveram uma ligeira diminuição de 620,0 m€, dos 24.613,5 m€ registados no final do 2º trimestre de 2022, para 23.993,5 m€ no mesmo período de 2023.

Esta evolução encontra-se desagregada no quadro seguinte:

C.Econ.	Descrição	30/06/2022		30/06/2023		Despesa Paga 2023/2022	Taxa de Execução %	
		Dotações corrigidas	Despesa paga	Dotações corrigidas	Despesa paga		2022	2023
DESPESAS CORRENTES		167 142,10	57 416,15	191 144,90	63 775,43	6 359,28	34,35%	33,36%
01	Despesas com o pessoal	63 572,69	26 561,11	76 414,86	34 317,51	7 756,40	41,78%	44,91%
02	Aquisição de bens e serviços	66 066,43	17 856,02	71 866,28	17 182,58	-673,44	27,03%	23,91%
03	Juros e outros encargos	654,16	233,72	2 676,97	827,02	593,31	35,73%	30,89%
04	Transferências correntes	20 550,16	5 996,29	24 181,40	6 531,88	535,59	29,18%	27,01%
05	Subsídios	12 789,76	4 617,47	13 317,67	3 856,57	-760,90	36,10%	28,96%
06	Outras despesas correntes	3 508,90	2 151,55	2 687,72	1 059,87	-1 091,69	61,32%	39,43%
DESPESAS DE CAPITAL		130 401,23	24 613,53	136 961,82	23 993,53	-620,00	18,88%	17,52%
07	Aquisição de bens de capital	102 229,18	16 807,39	125 547,15	18 329,32	1 521,92	16,44%	14,60%
08	Transferências de capital	9 848,64	2 898,04	1 335,97	580,37	-2 317,67	29,43%	43,44%
09	Ativos financeiros	0,30	0,00	0,60	0,00	0,00	0,00%	0,00%
10	Passivos financeiros	18 202,91	4 908,09	9 393,60	4 399,74	-508,35	26,96%	46,84%
11	Outras despesas de capital	120,20	0,00	684,50	684,10	684,10	0,00%	99,94%
TOTAL		297 543,33	82 029,68	328 106,72	87 768,96	5 739,28	27,57%	26,75%

milhares de euros

As Despesas Correntes, com um total de 63.775,4 m€, tiveram um aumento de 6.359,3 m€ face ao mesmo período de 2022. Este aumento verificou-se, de forma mais expressiva, ao nível das Despesas com o Pessoal e, de forma mais ligeira, nos Juros e outros encargos e nas Transferências Correntes. Por sua vez, a despesa com a Aquisição de Bens e Serviços, com Subsídios e com Outras Despesas Correntes diminuíram em relação ao primeiro semestre de 2022.

As Despesas com Pessoal totalizaram 34.317,5 m€ nestes primeiros seis meses de 2023, tendo representado 39% do total da despesa executada. O montante da rubrica de remunerações

certas e permanentes ascendeu a 25.922,2 m€, evidenciando um peso nas despesas de pessoal de 76%. A contribuir para o aumento das Despesas com o Pessoal tivemos, mais uma vez, como fator determinante a receção das competências na área da educação. Os valores de 2022 contemplam 3 meses de encargos nesta área (de abril a junho), enquanto em 2023 temos 6 meses de encargos a considerar. Além disso, houve também o aumento dos vencimentos e do subsídio de refeição, definido a nível governamental para o ano de 2023.

Por sua vez, o efeito da subida das taxas Euribor teve reflexos no montante de juros pagos pelo Município: mais 593,3 m€ resultantes, sobretudo, do aumento das taxas de juro, tanto ao nível dos empréstimos de médio e longo prazo, como do contrato de locação financeira.

As transferências correntes registaram um incremento de 535,6 m€, neste período, passando de 5.996,3 m€ no primeiro semestre de 2022, para 6.531,9 m€ no mesmo período de 2023. De realçar a descentralização de competências na área de ação social, traduzida na realização de protocolos de cooperação com diversas instituições sem fins lucrativos ao abrigo da transferência de competências neste âmbito e que somou, neste período, o valor de 751,3 m€.

Ao nível dos Subsídios, a redução de 760,9 m€ resulta de movimentos diversos. Por um lado, tivemos a diminuição dos subsídios a Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais em 1.048,5 m€, o qual ficou a dever-se apenas à data de pagamento mensal do Contrato-Programa entre o Município e as Águas de Gaia, E.M.,S.A.: até ao final do 2º trimestre de 2022 foram pagas as mensalidades de janeiro a junho, enquanto, em 2023, as mensalidades de maio e junho foram pagas nos primeiros dias de julho, logo, no 3º trimestre. No 2º trimestre de 2023, o Município efetuou também a cobertura de prejuízos da empresa Município – Empresa Cartografia e Sistemas de Informação, S.A., no valor de 51,5 m€. Por outro lado, os subsídios para Outras Sociedades e quase-sociedades não financeiras aumentou: mais 287,6 m€ pagos à STCP, comparativamente com igual período de 2022 (pagamentos efetuados para cobertura de prejuízos e no âmbito do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de passageiros).

A rubrica de Outras Despesas Correntes regista uma acentuada redução (menos 1.091,7 m€), a qual é explicada pela alteração da forma de registo dos reembolsos/restituições de Impostos Diretos. Em 2022, estes montantes eram registados como Despesa (na rubrica mencionada), em 2023 passaram a constituir uma diminuição da Receita.

Na vertente da Despesa de Capital, as rubricas que continuam a demonstrar maior expressividade foram a aquisição de bens de capital, cifrando-se em 18.329,3 m€, seguida pelos passivos financeiros com um volume de 4.399,7 m€. O total das Despesas de Capital foi de 23.993,5 m€, registando um recuo de 620 m€ face ao período homólogo de 2022. Esta variação negativa é imputada, basicamente, à diminuição das Transferências de Capital: menos 2.317,7 m€, parcialmente compensados pelo aumento da despesa com a Aquisição de Bens de Capital (mais 1.521,9 m€). A diminuição das Transferências de Capital foi transversal a todas as suas componentes: Estado, Freguesias e Instituições sem Fins Lucrativos.

Relativamente aos passivos financeiros, o decréscimo de 508,3 m€ deve-se à normal regularização das amortizações de empréstimos, com destaque para o término do empréstimo junto da BBVA, destinado à habitação social, e do BCP, respeitante a financiamento de investimentos gerais.

Verifica-se o reforço nas despesas de aquisição de bens de capital (mais 1.521,9 m€), destacando-se os investimentos realizados nas construções diversas (mais 4.083,9 m€), com obras como a reabilitação física da Urbanização de Vila D'Este e a empreitada de reabilitação - intervenção integrada do Castelo de Gaia.

Resta referir que neste primeiro semestre de 2023, as taxas de execução da despesa corrente e de capital ascenderam a 33,36% e 17,52%, respetivamente, semelhantes às observadas em igual período de 2022: de 34,35% e 18,88%, respetivamente.

Analisando a despesa no seu todo, constata-se que no 2º semestre de 2023 a taxa de execução perfez 26,75%, comparativamente com os 27,57% atingidos em igual período de 2022.

Equilíbrio Orçamental

Nos termos do artigo 40.º da Lei 73/2013 de 3/9 (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, e a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

Nestes termos, e como se poderá verificar no quadro infra, no final do 2º trimestre de 2023, o Município mantém cumprimento da regra de equilíbrio orçamental prevista no RFALEI:

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL				
Descrição		Prestação de Contas 2022	ORÇAMENTO INICIAL	30/06/2023 (previsões/dotações corrigidas)
Variáveis relevantes para o controlo da regra do equilíbrio orçamental	A - Receitas correntes brutas	176 979,60	177 548,57	202 711,67
	B - Despesas correntes	135 518,70	165 981,80	191 144,90
	C - Saldo corrente (A-B)	41 460,90	11 566,77	11 566,77
	D - Amortização média dos EMLP	11 698,01	10 782,46	9 184,12
Resultado apurado atendendo à regra do equilíbrio orçamental	E - Montante (C-D)	29 762,89	784,31	2 382,66
	F - Percentagem [A/(B+D)]	120,2%	100,4%	101,2%

NOTA: as Receitas correntes brutas a 30/06/2023 englobam a incorporação do Saldo da Gerência Anterior - parte corrente

(milhares de €)

Alterações Orçamentais

Nos primeiros 6 meses de 2023, realizaram-se 28 alterações orçamentais, das quais, seis foram modificativas.

Estas alterações permitiram acomodar e gerir o orçamento em função das necessidades diárias, indo de encontro à tomada de decisão.

Os reforços/inscrições e diminuições/anulações nas diferentes contas da receita e da despesa decorrentes das referidas alterações orçamentais realizadas entre janeiro e junho de 2023, encontram-se resumidas nos quadros que se seguem:

DOTAÇÕES DA RECEITA				
CLASSIFICAÇÃO	PREVISÕES INICIAIS	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	PREVISÕES CORRIGIDAS
01 IMPOSTOS DIRETOS	97 037,70	0,00	0,00	97 037,70
02 IMPOSTOS INDIRETOS	0,00	0,00	0,00	0,00
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	5 485,13	0,00	0,00	5 485,13
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	5 858,84	0,00	0,00	5 858,84
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	64 355,14	2 674,19	0,00	67 029,33
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	2 540,87	0,00	0,00	2 540,87
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2 270,89	0,00	0,00	2 270,89
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	288,99	0,00	0,00	288,99
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	95 788,63	2 238,56	63,97	97 963,23
11 ATIVOS FINANCEIROS	0,20	0,00	0,00	0,20
12 PASSIVOS FINANCEIROS	21 499,76	0,00	4 392,83	17 106,93
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1 464,25	0,00	0,00	1 464,25
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	279,18	0,00	0,00	279,18
16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0,00	30 781,19	0,00	30 781,19
Totais	296 869,58	35 693,95	4 456,80	328 106,72

(milhares de euros)

As alterações orçamentais verificadas na Receita e expressas no quadro acima, foram no sentido do seu reforço e ocorreram, em grande parte, no 1º trimestre do ano, com a integração do Saldo da Gerência Anterior (30.781,2 m€).

No 2º trimestre há a destacar o reforço do Fundo de Financiamento da Descentralização no domínio da ação social por via do Despacho nº 4637/2023 e que resultou na inscrição do valor de 587,4 m€ em Transferências Correntes (Cl.Ec.06). No lado das diminuições, entre abril e junho, temos a registar a redução de 771,2 m€ em Passivos Financeiros (Cl.Ec.12). Esta variação

decorre da reprogramação de encargos com a obra de reformulação da rede viária e pedonal da estrada da Rainha, ruas das Pedrinhas Brancas e Caminho do Senhor, nas freguesias de Arcozelo e Serzedo, e o seu prolongamento até ao ano de 2024, o que implicou a alteração da correspondente receita para esse ano.

Em termos acumulados, no final do semestre temos um valor total de inscrições/reforços de 35.693,9 m€ e de diminuições/anulações de 4.456,8 m€, resultando numa Dotação Corrigida de 328.106,7 m€, menos 183,8 m€ do que 1º trimestre de 2023.

Do lado da Despesa, as contas de Aquisição de Bens e Serviços (Cl.Ec.02) e a de Transferências Correntes (Cl.Ec.04), entre inscrições/reforços e diminuições/anulações, registaram Dotações Corrigidas, no final do 2º trimestre, de 71.866,3 m€ e de 24.181,4 m€, respetivamente. Foram, deste modo, as que registaram maiores variações em termos absolutos, nesta primeira metade do ano de 2023, face à Dotação Inicial.

DOTAÇÕES DA DESPESA				
CLASSIFICAÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	DOTAÇÕES CORRIGIDAS
01 DESPESAS COM O PESSOAL	71 208,85	9 674,21	4 468,20	76 414,86
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	63 604,58	18 322,20	10 060,50	71 866,28
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	1 303,87	1 375,60	2,50	2 676,97
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16 053,52	9 869,38	1 741,50	24 181,40
05 SUBSÍDIOS	12 571,47	1 801,40	1 055,20	13 317,67
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1 239,51	1 458,01	9,80	2 687,72
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	118 868,25	19 255,75	12 576,85	125 547,15
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3 198,63	1 271,20	3 133,86	1 335,97
09 ATIVOS FINANCEIROS	0,60	0,00	0,00	0,60
10 PASSIVOS FINANCEIROS	8 790,00	603,60	0,00	9 393,60
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	30,30	684,00	29,80	684,50
Totais	296 869,58	64 315,35	33 078,20	328 106,72

(milhares de euros)

Ao nível da Aquisição de Bens e Serviços, o reforço de dotação deu-se sobretudo no 1º trimestre, já que no 2º trimestre de 2023, verificou-se uma diminuição da dotação destas rubricas, face ao 1º trimestre de 2023: menos 1.739,1 m€, dos quais, 1.110,6 m€ na aquisição de bens (alimentação – refeições confeccionadas, material de educação, cultura e recreio, entre outras),

e 628,5 m€ na aquisição de serviços (sobretudo ao nível dos encargos de instalações e de outros serviços). A rubrica dos serviços de estudos, pareceres, projetos e consultoria, por seu lado, teve uma variação positiva da sua dotação (mais 1.209,7 m€ do que no trimestre anterior).

Neste 2º trimestre de 2023, o maior reforço de dotação, em termos absolutos, deu-se ao nível das Transferências Correntes: mais 1.444,4 m€, com especial relevo para as transferências correntes destinadas às Famílias (com um reforço de 1.639,3 m€).

Análise das rubricas de Gastos e Perdas

Os gastos totais registados até ao final do 2º trimestre de 2023 ascendem a 73.886,6 m€, o que representa um decréscimo de 4% em relação a igual período de 2022.

A sua decomposição foi a seguinte:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/06/2022		30/06/2023		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
6	GASTOS	77 070,87	100%	73 886,64	100%	-3 184,23	-4%
60	Transferências e subsídios concedidos	22 794,85	30%	19 000,79	26%	-3 794,07	-17%
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2 766,37	4%	1 880,10	3%	-886,27	-32%
62	Fornecimentos e serviços externos	14 287,10	19%	16 212,89	22%	1 925,79	13%
63	Gastos com o pessoal	19 996,07	26%	25 685,75	35%	5 689,68	28,5%
64	Gastos de depreciação e de amortização	13 910,38	18%	4 873,11	7%	-9 037,27	-65%
65	Perdas por imparidade	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
66	Perdas por reduções de justo valor	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
67	Provisões do período	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
68	Outros gastos	3 146,07	4%	5 609,71	8%	2 463,64	78%
69	Gastos por juros e outros encargos	170,02	0%	624,28	1%	454,26	267%

(milhares de euros)

Os Gastos mais significativos são os Gastos com o Pessoal, com um valor global de 25.685,7 m€ e um peso relativo de 35% do total dos Gastos. Os Gastos com o Pessoal registam um acréscimo de 28%, mais 5.689,7 m€ face ao período homólogo de 2022, explicado pelo aumento dos vencimentos e do subsídio de alimentação aprovado pelo Governo para 2023, bem como pela atualização da Tabela Remuneratória Única (TRU) aprovada em abril de 2023, com efeitos a janeiro de 2023. Também a descentralização de competências na área de educação contribuiu para o incremento verificado ao nível dos Gastos com o Pessoal, sendo de referir que, o 1º de semestre de 2022 inclui 3 meses de encargos (de abril a junho), enquanto para 2023 estão presentes em todo o semestre.

Ao nível das rubricas de “Gastos por juros e outros encargos”, evidencia-se um acréscimo de 267%, mais 454,3 m€ quando comparado com o valor registado na primeira metade do ano de 2022, resultado do aumento considerável do montante de juros pagos pelo Município nos empréstimos de médio e longo prazo e nos contratos de locação financeira, efeito da subida das taxas Euribor.

As Transferências e Subsídios Concedidos e os Fornecimentos e Serviços Externos, são também rubricas com um peso relevante no total dos Gastos desta primeira metade do ano, com 26% e 22%, respetivamente. No que diz respeito às Transferências e Subsídios Concedidos, estas apresentam uma redução de 17%, menos 3.794,1 m€, face a igual período de 2022. Inversamente os Fornecimentos e Serviços Externos registam um aumento na ordem dos 13%, com mais 1.925,8 m€ do que o valor registado no 1º semestre de 2022.

Divididas entre Transferências Correntes, Subsídios Correntes e Transferências de Capital, as Transferências e Subsídios Concedidos totalizaram 19.000,8 m€ até 30/06/2023, com a seguinte distribuição de valores, pesos relativos e variação face a 30/06/2022:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/06/2022		30/06/2023		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
60	Transferências e subsídios concedidos	22 794,85	100%	19 000,79	100%	-3 794,07	-17%
60.1	Transferências correntes concedidas	9 433,41	41%	11 788,94	62%	2 355,53	25%
	Estado	953,66	4%	1 566,36	8%	612,70	64%
	Freguesias	2 413,57	11%	1 868,43	10%	-545,14	-23%
	Famílias	763,58	3%	1 871,93	10%	1 108,35	145%
	Sociedades e quase sociedades não financei	1 197,82	5%	1 137,98	6%	-59,83	-5%
	CCD - Centro de Cultura e Desporto	234,00	1%	156,00	1%	-78,00	-33%
	Outros	3 870,78	17%	5 188,24	27%	1 317,45	34%
60.2	Subsídios correntes concedidos	9 600,00	42%	6 600,00	35%	-3 000,00	-31%
	Águas de Gaia, E.M., SA	6 600,00	29%	6 600,00	35%	0,00	0%
	Gaiurb, EM	3 000,00	13%	0,00	0%	-3 000,00	-100%
	Outras	0,00	0%	0,00	0%	0,00	-
60.4	Transferências de capital concedidas	3 761,44	17%	560,37	3%	-3 201,07	-85%
	Administração Central	1 500,00	7%	0,00	0%	-1 500,00	-100%
	Freguesias	1 784,85	8%	151,18	1%	-1 633,66	-
	Instituições sem Fins Lucrativos	476,60	2%	409,19	2%	-67,41	-14%
60.6	Transferências para cobertura de prejuizos	0,00	0%	51,48	0%	51,48	-

(milhares de euros)

Como se pode verificar no quadro acima, as Transferências Correntes apresentam um aumento de 25%, que resultou em mais 2.355,5 m€, dos quais, há que fazer nota do seguinte, das Transferências:

- **Para o Estado** – registo de 1.566,4 m€, mais 612,7 m€ quando comparado com o 1º semestre de 2022, decorrente da delegação de competências do PCM nos diretores de AE e ENA, no âmbito do DL 21/2019, o qual concretiza o quadro de transferência de competências no domínio da educação. De referir que a transferência de competências

na área da educação se concretizou em abril de 2022, pelo que as transferências registadas até 30/06/2022 são relativas apenas ao 2º trimestre;

- **Para as Freguesias** – totalizam 1.868,4 m€ o que, quando comparado com as transferências efetuadas até 30/06/2022, representa uma diminuição de 23%. No entanto, parte desta variação é explicada pelo facto de, na primeira metade de 2022, terem sido efetuadas transferências de verbas, para as freguesias no valor global de 234 m€ no âmbito do Acordo de Colaboração com as Juntas de Freguesia para mitigação dos efeitos socioeconómicos resultantes da situação pandémica Covid e 390 m€ ao abrigo do Fundo de Recuperação Covid 19;
- **Para as Famílias** - somam 1.871,9 m€, mais 1.108,4 m€ do que no mesmo período de 2022 explicados, sobretudo, pela atribuição de diversos apoios económicos e prestações pecuniárias de carácter eventual em situações de carência económica e risco social, e de passes (Andantes) atribuídos a estudantes que residam no Concelho e frequentem estabelecimentos de ensino da área metropolitana do Porto no âmbito do Protocolo celebrado entre os TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE e o Município de Vila Nova de Gaia, sendo de referir que este valor inclui 881,4 m€ de gastos relativos a períodos anteriores a aguardar retificação contabilística;
- **Para Sociedades e Quase Sociedades Não Financeiras** – o valor de 1.137,9 m€ refere-se à comparticipação financeira ao abrigo do Aditamento ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros explorado pelas STCP (este valor inclui 247,7 m€ de gastos de períodos anteriores que aguardam a respetiva retificação contabilística);

No primeiro semestre de 2023, foram efetuadas transferências para cobertura de prejuízos no valor de 51,5 m€ para a empresa Município – Empresa Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.

Por último, temos as transferências para o CCD, que no 1º semestre de 2023, ascenderam a 156 m€, destinados à gestão das cantinas e bares.

Em termos de Subsídios Correntes concedidos, efetuando a comparação entre os dois semestres analisados, observa-se uma diminuição de 3.000€, valor igual ao da transferência para a Gaiurb, E.M. realizada ao abrigo do respetivo Contrato-Programa, explicada pelo facto da mesma ter ocorrido no 1º semestre de 2022. À semelhança do ocorrido em 2022, foram transferidos 6.600 m€ para as Águas de Gaia, E.M., S.A., decorrente do Contrato-Programa estabelecido.

No que concerne ao Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), até ao final do mês de junho, estes totalizaram 16.212,9 m€, registando uma variação de 13% face ao mesmo período de 2022.

Os Gastos com maior expressão no total dos Fornecimentos e Serviços Externos são os “Outros serviços” (22%), os “Subcontratos e parcerias” (16%) e as “Rendas e alugueres” (13%), que no seu conjunto totalizam cerca de metade dos FSE.

O quadro seguinte, evidencia os gastos mais relevantes de entre o total de gastos com FSE.

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/06/2022		30/06/2023		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
62	Fornecimentos e serviços externos	14 287,10	100%	16 212,89	100%	1 925,79	13%
62.1	Subcontratos e parcerias	2 344,90	16%	3 857,74	24%	1 512,85	65%
62.2.1.6	Organização de eventos	118,26	1%	434,49	3%	316,23	267%
62.2.1.9	Outros trabalhos especializados	461,70	3%	854,41	5%	392,71	85%
62.2.3	Vigilância e segurança	961,34	7%	921,38	6%	-39,97	-4%
62.2.4	Honorários	138,10	1%	98,01	1%	-40,09	-29%
62.2.5	Comissões	1 012,89	7%	958,47	6%	-54,42	-5%
62.2.6	Conservação e reparação	841,39	6%	955,06	6%	113,68	14%
62.4.1	Eletricidade	1 350,78	9%	576,98	4%	-773,80	-57%
62.6.1	Rendas e alugueres	1 881,85	13%	2 163,35	13%	281,50	15%
62.6.5	Contencioso e notariado	94,08	1%	18,67	0%	-75,41	-80%
62.6.7	Limpeza, higiene e conforto	279,61	2%	403,90	2%	124,29	44%
62.6.9	Outros serviços	3 102,99	22%	3 170,52	20%	67,53	2%

(milhares de euros)

Em termos absolutos, os maiores aumentos foram registados nas rubricas de “Subcontratos e parcerias”, com mais 1.512,9 m€, nos “Outros Trabalhos Especializados”, mais 392,7 m€, na “Organização de eventos”, mais 316,2 m€.

Ao nível dos “Subcontratos e Parcerias”, estes representam 24% do total de FSE, e registam um aumento de 2.344,9 m€ para 3.857,7 m€ de 2022 para 2023, e efetuada uma análise mais detalhada verifica-se que esta variação é explicada pelo aumento dos gastos com Cantinas escolares - refeições confeccionadas devido à descentralização de competências na área de educação concretizada em abril de 2022. De referir ainda que os Gastos com transportes, incluindo transportes escolares, apresentam nos primeiros seis meses de 2023 uma diminuição de 69,9 m€, quando comparados com os gastos verificados em igual período do ano anterior.

Quanto aos “Outros trabalhos especializados”, com um total de 854,4 m€, comparando com os 461,7 m€ a registados 30/06/2022 observa-se um acréscimo de 392,7 m€, constata-se que esta variação reflete essencialmente o aumento na rubrica genérica de Outros Trabalhos Especializados, que comportou despesas com alguma envergadura, como projetos técnicos para a reabilitação de edifícios, projetos de engenharia – especialidades relativos à operação urbanística “Unidade de execução da área envolvente ao novo campo de jogos do Valadares”, a aquisição de serviços, nomeadamente, para o “Programa de Comunicação Visual Integrada para o Centro Histórico” e para a “Promoção da atividade económica nos territórios de intervenção Walkingaia”.

No caso da “Organização de eventos”, a 30/06/2023, totaliza 434,5 m€, com destaque para o acordo de parceria entre o Município de Vila Nova de Gaia e PEV Entertainment, Lda relativo à realização do festival Marés Vivas 2023.

No caso dos “Outros Serviços”, apesar de ser das rubricas com maior peso no total dos FSE (20%), o seu valor a 30/06/2023 é semelhante ao registado nos seis primeiros meses de 2022 e agregam gastos tão diversos como a atribuição de cheques-oferta para aquisição de material escolar, aquisição de serviços de fornecimento de refeições escolares, condomínios, serviços de formação e segurança, serviços de manutenção das instalações municipais e tratamento das piscinas ou o contrato de eficiência energética do sistema de iluminação.

Quanto aos gastos com “Rendas e Alugueres”, estes revelam um peso relativo de 13% no total dos FSE, e os dados comparativos expressam um acréscimo de 281,5 m€ entre o 1º semestre de 2022 e o de 2023, sobretudo por via do aumento da locação de equipamentos, nomeadamente a locação operacional de equipamentos para cópia, impressão, digitalização e fax para os edifícios municipais e para escolas do Município e a locação de equipamentos de sonoplastia e luminotécnica/audiovisuais, multimédia e streaming para eventos e cerimónias promovidas/apoiadas pelo. De referir ainda que as rendas de edifícios apresentaram um ligeiro aumento, reflexo, essencialmente, da atualização de rendas, ocorrida em 2023, e de acordo com o coeficiente legal (1,02).

Por último, importa referir que a rubrica “Eletricidade” regista uma expressiva diminuição (menos 773,8 m€) motivada, essencialmente, pelo facto de parte deste valor, para o 1º semestre de 2022, contemplar gastos relativos a exercícios anteriores cuja retificação de acréscimo de gastos só ocorreu no 2º semestre de 2022 aliada ao facto de, para o 1º semestre de 2023, se verificar um atraso no envio da faturação por parte do fornecedor de energia.

A rubrica “Contencioso e notariado” apresenta um ligeiro decréscimo de 75,4 m€.

No que respeita aos Gastos com o Pessoal, para a primeira metade de 2023, estes totalizaram 25.685,7 m€, correspondendo a uma variação de 28% (mais 5.689,7 m€) e face a idêntico período de 2022.

Da análise do quadro abaixo verifica-se que as remunerações do Pessoal e os Encargos sobre as Remunerações somam 93% do total dos Gastos com o Pessoal.

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/06/2022		30/06/2023		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
63	Gastos com o pessoal	19 996,07	100%	25 685,75	100%	5 689,68	28%
63.0	Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	539,86	3%	474,41	2%	-65,44	-12%
63.2	Remunerações do pessoal	16 122,05	81%	21 058,50	82%	4 936,46	31%
63.4	Indemnizações	12,77	0%	0,16	0%	-12,61	-99%
63.5	Encargos sobre remunerações	2 019,16	10%	2 707,48	11%	688,31	34%
63.6	Acidentes no trabalho e doenças profissionais	383,23	2%	372,69	1%	-10,54	-3%
63.8	Outros gastos com o pessoal	809,84	4%	952,84	4%	143,00	18%
63.9	Outros encargos sociais	109,16	1%	119,67	0%	10,50	10%

(milhares de euros)

A variação positiva verificada nos Gastos com o Pessoal, advém essencialmente dos aumentos registados ao nível das rubricas “Remunerações do pessoal” e “Encargos sobre remunerações”, com mais 31% e 34%, respetivamente, quando comparados com os valores registados no período homólogo, variação essa motivada por medidas aprovadas a nível governamental nomeadamente o aumento salarial para 2023 e a atualização da Tabela Remuneratória Única (TRU) aprovada em abril de 2023, com efeitos a janeiro de 2023. Também a descentralização de competências na área de educação concretizada, em abril de 2022, desempenhou um papel importante para o aumento do total dos Gastos com o Pessoal.

Como nota final, é de referir que os Gastos de depreciação e amortização, à data de recolha dos elementos contabilísticos para o presente relatório, englobam os meses de janeiro e fevereiro de 2023, enquanto para 2022 temos os 6 meses dos referidos gastos.

Análise das rubricas de Rendimentos

Os Rendimentos no primeiro semestre do ano, totalizaram 63.215,7 m€, apresentando uma variação 2023/2022 de mais 15%, resultado de um aumento de 8.319,4 m€.

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/06/2022		30/06/2023		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
7	RENDIMENTOS	54 896,29	100%	63 215,65	100%	8 319,35	15%
70	Impostos, contribuições e taxas	24 298,61	44%	21 582,83	34%	-2 715,78	-11%
71	Vendas	0,00	0%	0,00	0%	0,00	-
72	Prestações de serviços e concessões	1 546,19	3%	2 699,22	4%	1 153,02	75%
73	Variações nos inventários da produção	0,00	0%	0,00	0%	0,00	-
74	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0%	0,00	0%	0,00	-
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	25 921,02	47%	31 595,25	50%	5 674,23	22%
76	Reversões	0,40	0%	0,60	0%	0,20	49%
77	Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0%	0,00	0%	0,00	-
78	Outros rendimentos	3 086,93	6%	7 249,92	11%	4 162,99	135%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	43,13	0%	87,83	0%	44,69	104%

(milhares de euros)

As fontes de receita com maior peso no total de rendimentos continuam a ser os Impostos, Contribuições e Taxas as Transferências e Transferências e Subsídios Correntes Obtidos que, em conjunto, representam 84% do total de rendimentos registados até 30/06/2023.

As referidas rubricas registaram variações face a 2022 em sentidos opostos. Enquanto a rubrica de Transferências e Subsídios Correntes Obtidos regista um aumento de 22%, mais 5.674,2 m€, a rubrica de Impostos, Contribuições e Taxas apresenta uma redução de 11%, menos 2.715,8 m€.

Por outro lado, a rubrica "Outros Rendimentos", apresenta um peso de 11% no total dos rendimentos, e a maior variação percentual, mais 135%, com um crescimento de 3.086,9 m€ registados na primeira metade de 2022 para um valor de 7.249,9 m€ a 30/06/2023, motivada quer por ajustamentos realizados, por aplicação do método de equivalência patrimonial, no valor de 865,5 m€ relativos a resultados e variações no Património Líquido da Gaiurb (valores finais da prestação de contas de 2022), quer pelo recebimento em junho da renda de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão do 2º trimestre de 2023 (em 2022, esta renda

foi recebida no mês de julho) e pelo recebimento da 1ª prestação relativa à concessão para a construção e exploração do complexo aquático de formação em terreno do Município, no valor de 300 m€.

Ao nível da rubrica “Juros, dividendos e outros rendimentos similares”, esta regista um expressivo aumento, mais 104%, de 43,1 m€ para 87,8 m, uma vez que em 2022, o Município beneficiou da distribuição de dividendos do exercício de 2022 da Águas Douro e Paiva, S.A.

A junho de 2023, as Transferências e subsídios correntes obtidos foram de 31.595,3 m€, mais 5.674,2 m€ do que na primeira metade do ano de 2022. Esta variação de 22% é explicada por:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/06/2022		30/06/2023		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	25 921,02	100%	31 595,25	100%	5 674,23	22%
75.1.1.1	Estado	23 981,84	93%	30 452,78	96%	6 470,94	27%
	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	5 978,30	23%	5 628,74	18%	-349,56	-6%
	Fundo Social Municipal (FSM)	1 997,86	8%	3 152,65	10%	1 154,78	58%
	Participação no IRS	8 809,06	34%	7 865,00	25%	-944,06	-11%
	Transferências de competências - Educação	5 730,60	22%	13 111,44	41%	7 380,84	129%
	Participação do IVA	522,35	2%	690,23	2%	167,88	32%
	Direcção Regional de Educação Norte	931,18	4%	0,00	0%	-931,18	-100%
	Outros	12,48	0%	4,72	0%	-7,76	-62%
75.1.1.2	Serviços e Fundos Autónomos	86,39	0%	134,68	0%	48,29	56%
	Instituto Nacional de Emergência Médica	33,46	0%	36,01	0%	2,55	8%
	Serviço Nacional Bombeiros e Protecção Civil	3,60	0%	0,77	0%	-2,84	-79%
	Outros Serviços e Fundos Autónomos	49,32	0%	97,90	0%	48,58	99%
75.1.4	Resto do Mundo	1 852,79	7%	1 007,79	3%	-845,00	-46%
	Outras	1 852,79	7%	1 007,79	3%	-845,00	-46%

(milhares de euros)

Como se pode constatar no quadro anterior, as verbas mensais recebidas pelo Município decorrentes da transferência de competências na área da educação representam 41% do total das transferências e registam um acréscimo de 7.380,8€ face a idêntico período do ano de 2022, referindo, porém, que a transferência de competências na área da educação se concretizou apenas em abril de 2022.

As transferências provenientes do Fundo Social Municipal (FSM) embora registem um acréscimo de 1.154,8 m€, este é explicado pelo facto de a atualização do valor da transferência apenas ter ocorrido em julho de 2022.

As transferências do “Resto do Mundo” totalizam 1.007,8€, com destaque para as receitas provenientes da Agência para o Desenvolvimento e Coesão no âmbito da candidatura europeia “Gaia Protegida” (462,5 m€) e do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social relativos ao programa “Gaia+Sucesso” (459,7 m€).

Ao nível da rubrica dos “Impostos, Contribuições e Taxas”, a variação negativa de 11% resulta em grande parte da diminuição dos impostos indiretos, nomeadamente no Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (menos 17%) em comparação com os valores registados a 30/06/2022. De acordo com dados divulgados pelo INE em junho de 2023, verificou-se, em 2023, um abrandamento na venda de imóveis, apesar se ter verificado uma subida de preços, o que poderá explicar a descida registada ao nível do Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis.

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/06/2022		30/06/2023		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
70	Impostos, contribuições e taxas	24 298,61	100%	21 582,83	100%	-2 715,78	-11%
70.1	Impostos diretos	4 248,62	17%	4 633,62	21%	385,00	9%
	Derrama	0,00	0%	0,00	0%	0,00	-
	Imposto municipal sobre imóveis	0,00	0%	0,00	0%	0,00	-
	Imposto único de circulação	4 232,11	17%	4 618,41	21%	386,30	9%
	Contribuição Autárquica (CA)	16,51	0%	15,21	0%	-1,30	-8%
70.2	Impostos indiretos	17 337,15	71%	14 385,57	67%	-2 951,58	-17%
	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	17 337,15	71%	14 385,57	67%	-2 951,58	-17%
70.4	Taxas, multas e outras penalidades	2 712,84	11%	2 563,65	12%	-149,20	-5%
	Taxas específicas das autarquias locais	2 115,55	9%	1 998,78	9%	-116,77	-6%
	Multas e outras penalidades	597,30	2%	561,12	3%	-36,17	-6%

(milhares de euros)

Analisada a globalidade dos impostos diretos, há a assinalar um crescimento na ordem dos 9%, face ao 1º semestre 2022 e, em particular, do Imposto Único de Circulação com mais 386,3 m€.

Inversamente as “Taxas, multas e penalidades” registaram um ligeiro decréscimo de 5%, refletindo a diminuição de 116,8 m€ nas Taxas específicas das autarquias” pese embora, efetuada uma análise detalhada se verifique que a taxa para “mercados e feiras” cresceu 55%, de 77,2 m€ para 119,8 m€, assim como a “taxa sobre o ruído” que apresenta uma variação positiva de 62%, passa de 76,3m€ para 123,7 m€. Por outro lado, a Ocupação da via pública” viu o seu valor recuar 388,8 m€ explicada sobretudo pela redução do valor cobrado relativo à taxa “Interrupção de Trânsito - Colocação de Sinalização”.

Em síntese, em termos de rendimentos de “Impostos, Contribuições e Taxas”, podemos concluir que houve uma diminuição na ordem dos 2.715,8 m€, motivada, essencialmente, pela redução no Imposto Municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis.

Análise das Rubricas de Investimentos

Os Investimentos na primeira metade de 2023, face ao período homólogo, registaram um aumento de 3% em termos globais, como se pode verificar no quadro abaixo:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/06/2022		30/06/2023		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
4	INVESTIMENTOS	937 433,20	100%	964 710,85	100%	27 277,65	3%
41	Investimentos financeiros	128 105,24	14%	131 280,63	14%	3 175,39	2%
42	Propriedades de investimento	17 204,89	2%	20 029,84	2%	2 824,95	16%
43	Ativos fixos tangíveis	738 547,75	79%	749 881,30	78%	11 333,55	2%
44	Ativos intangíveis	200,15	0%	1 278,59	0%	1 078,44	539%
45	Investimentos em curso	53 375,17	6%	62 240,48	6%	8 865,31	17%

(milhares de euros)

Este aumento foi transversal a todas as componentes do investimento, embora em termos percentuais, se destaquem os Ativos intangíveis com um aumento de 539%, os Investimentos em curso, com mais 17% e as Propriedades de Investimentos, com uma variação de 16%. Em termos absolutos, destacam-se os Ativos Fixos Tangíveis, com um aumento de 11.333,5 m€ e os Investimentos em curso, com um acréscimo de 8.865,3 m€.

Relativamente aos Ativos Fixos Tangíveis, tal como o verificado em 2022, o grupo mais relevante é o dos Bens de Domínio Público que, representam 40% do total de Investimentos. Seguem-se os Edifícios e outras Construções, com um peso de 26% no total dos Investimentos.

Os investimentos em curso apresentam um acréscimo de 8.865,3 m€, decorrente essencialmente da rubrica de Edifícios e Outras Construções com um aumento de 30%, face ao período homólogo, dos quais podemos referir obras importantes atualmente em evolução como a Empreitada de Reabilitação da Fase 2 da Intervenção Integrada do Castelo (2.646,4 m€), a Empreitada de inserção de corredores Bus (1.297,8 m€), a Reformulação do Nó de Santo Ovídeo (1.204,1 m€) e a Construção do Pavilhão Municipal de Santa Marinha (1.050,9 m€).

As variações ao nível dos Investimentos Financeiros (mais 3.175,4 m€), resultam dos ajustamentos efetuados, no âmbito do Método de Equivalência Patrimonial.

No que concerne às propriedades de investimento, regista-se um aumento de 2.824,9 m€, com destaque para a rubrica Edifícios e outras construções, com um contributo de mais 2.259,3m€.

A análise efetuada nos Ativos Intangíveis permite verificar que o aumento no valor de 1.078,4 m€ reflete o significativo aumento registado na rubrica Programas de computador e sistemas de informação (mais 1.075,8 m€).

Indicadores Financeiros

O Município revela estabilidade ao nível dos indicadores financeiros, sendo os valores apurados para o 1º semestre de 2023 equiparados aos do período homólogo de 2022.

INDICADORES	30/06/2022	30/06/2023
Ativo Corrente / Ativo Total	9%	9%
Passivo Corrente / Passivo Não Corrente	34%	32%
Autonomia Financeira (Património Líquido / Ativo)	85%	85%
Liquidez (Disponibilidades / Passivo Corrente)	109%	126%
Solvabilidade (Património Líquido / Passivo Total)	548%	587%
Endividamento (Passivo Total / Ativo Total)	15%	15%
Investimentos / Ativo Corrente	1010%	1042%
Investimentos / Ativo Total	91%	91%

Os indicadores Peso do Ativo corrente, Autonomia Financeira, Endividamento e Peso dos Investimentos no Ativo Total não sofreram qualquer alteração entre os períodos comparados, enquanto o Peso do Passivo Corrente mostra uma ligeira variação percentual (-2 p.p.).

Podemos verificar que a capacidade financeira global do Município para solver a totalidade dos seus compromissos se mantém elevada, sendo o seu Património Líquido 5 vezes superior ao seu Passivo.

O grau de Liquidez regista um valor de 126%, e um acréscimo de 17 p.p. face ao período homólogo do ano anterior, motivado quer pelo aumento dos meios financeiros líquidos (de 44.025,1 m€ em 2022, para 46.770,7 m€ em 2023), quer pela diminuição do Passivo Corrente (44.431,7 m€ em 2022 e 37.185,0 m€ em 2023).

Embora com um ligeiro aumento no valor dos Investimentos (mais 3%), o peso deste agregado no Total do Ativo (91%) mantém-se face a igual período do ano anterior, reflexo da variação no Ativo Total (mais 3%).

Ao nível do rácio Investimentos no Ativo Corrente (1.042%) observa-se um acréscimo de 39 p.p. face a 2022, resultado da ligeira diminuição do Ativo Corrente, que passou de 92.803,4 m€ em 2022 para 92.606,0 m€ em 2023.